RECIMA21 - REVISTA CIENTÍFICA MULTIDISCIPLINAR
ISSN 2675-6218

ACESSO E PERMANÊNCIA NO ENSINO SUPERIOR PÚBLICO: O PAPEL DA ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL PARA ESTUDANTES COTISTAS

ACCESS AND RETENTION IN PUBLIC HIGHER EDUCATION: THE ROLE OF STUDENT ASSISTANCE FOR QUOTA STUDENTS

ACCESO Y PERMANENCIA EN LA EDUCACIÓN SUPERIOR PÚBLICA: EL PAPEL DE LA ASISTENCIA ESTUDIANTIL PARA ESTUDIANTES DE CUOTAS

Diana Theodoro[1], Maria de Fatima Quintal de Freitas[2]

e656425
https://doi.org/10.47820/recima21.v6i5.6425

PUBLICADO: 5/2025

RESUMO

Este artigo analisa a importância da Política Nacional de Assistência Estudantil (PNAES) na permanência de estudantes cotistas no ensino superior público brasileiro. O estudo parte de uma contextualização histórica da educação superior no Brasil, mostrando sua construção elitizada e excludente, até os avanços recentes com as políticas de cotas e assistência estudantil. A partir de uma revisão bibliográfica de teses e dissertações publicadas entre 2000 e 2023, e artigos de 2014 a 2024, identificamos que, embora a Lei de Cotas tenha ampliado significativamente o acesso de estudantes egressos do ensino médio público, a permanência ainda enfrenta entraves. Entre os principais desafios estão o ainda insuficiente orçamento para o PNAES, a exigência de desempenho acadêmico mínimo para acesso a auxílios e a persistência de práticas discriminatórias. A análise das publicações revela que a assistência estudantil contribui para a redução da evasão, melhora o desempenho acadêmico e amplia a participação em atividades acadêmicas para estudantes cotistas. O artigo conclui que a consolidação de uma política de assistência estudantil consistente, articulada à política de cotas, é fundamental para garantir a equidade e a democratização efetiva do ensino superior público no Brasil.

PALAVRAS-CHAVE: Assistência Estudantil. Política de Cotas. Acesso e Permanência no Ensino Superior. Evasão no Ensino Superior.

ABSTRACT

This article analyzes the importance of the National Student Assistance Program (NSAP) in ensuring the retention of quota students in Brazilian public higher education. The study begins with a historical contextualization of higher education in Brazil, highlighting its elitist and exclusionary foundations, followed by recent advances through quota and student assistance policies. Based on a bibliographic review of theses, dissertations and scientific articles published between 2000 and 2023, we identify that although the Quota Law has significantly expanded access for students from public high schools, retention still faces significant challenges. Among the main obstacles are the still insufficient budget allocated to NSAP, the requirement of minimum academic performance to access aid, and the persistence of discriminatory practices. The analysis of the literature reveals that student assistance contributes to reducing dropout rates, improving academic performance, and increasing participation in academic activities for quota students. The article concludes that consolidating a consistent student

[1] Doutoranda em Educação pelo PPGE-UFPR. Mestre em Psicologia pelo PPGP-UFPR (2013) e graduada em Psicologia pela UFPR (2004). Psicóloga na UFPR . Universidade Federal do Paraná.

[2] Professora Titular do Programa do Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal do Paraná (UFPR), com Formação de Psicólogo (Universidade Paulista). Mestre e Doutora em Psicologia Social (PUC-SP, São Paulo). Pós-doutorado em Psicologia Comunitária (Instituto Superior de Psicologia Aplicada-Lisboa, e Universidade do Porto; Portugal) e em Psicologia Política (PUC-SP). Pesquisadora CNPq (de 1996 a 2020). Professora Visitante Sênior Exterior (2020) pelo Programa CAPES/PRINT, no Centro de Investigação e Intervenção Social (CIIS) no Instituto Universitário Lisboa Portugal. Professora Visitante (desde 1996) em Programas de Pós-Graduação em Psicologia de Universidades Nacionais do: México (Tijuana; México, Puebla), Chile (Santiago e Valparaíso), Espanha (Madrid), Uruguai (Montevidéu) e Argentina (Mar Del Plata). Coordenadora Núcleo de Psicologia Comunitária, Educação e Saúde (NUPCES\CNPq –UFPR).

RECIMA21 - REVISTA CIENTÍFICA MULTIDISCIPLINAR
ISSN 2675-6218

assistance policy, articulated with the quota policy, is essential to ensuring equity and the effective democratization of public higher education in Brazil.

KEYWORDS: *Student Assistance. Quota Policy. Access and Retention in Higher Education. Dropout in Higher Education.*

RESUMEN
Este artículo analiza la importancia del Programa Nacional de Asistencia Estudiantil (PNAES) para la permanencia de los estudiantes beneficiarios de acciones afirmativas en la educación superior pública brasileña. El estudio parte de una contextualización histórica de la educación superior en Brasil, mostrando su construcción elitista y excluyente, hasta los avances recientes con las políticas de cuotas y de asistencia estudiantil. A partir de una revisión bibliográfica de tesis, disertaciones y artículos científicos publicadas entre 2000 y 2023, se identifica que, aunque la Ley de Cuotas ha ampliado significativamente el acceso de estudiantes egresados de la escuela secundaria pública, la permanencia aún enfrenta obstáculos. Entre los principales desafíos se encuentran el presupuesto insuficiente destinado al PNAES, la exigencia de un rendimiento académico mínimo para acceder a los apoyos, y la persistencia de prácticas discriminatorias. El análisis de las publicaciones revela que la asistencia estudiantil contribuye en reducir la deserción, mejorar el rendimiento académico y ampliar la participación en actividades académicas por parte de los estudiantes beneficiarios de cuotas. El artículo concluye que la consolidación de una política de asistencia estudiantil coherente, articulada con la política de cuotas, es fundamental para garantizar la equidad y la democratización efectiva de la educación superior pública en Brasil.

PALABRAS CLAVE*: Asistencia a los Estudiantes. Política de Cuotas. Acceso y Permanencia en la Educación Superior. Deserción en la Educación Superior.*

INTRODUÇÃO

O presente texto pretende trazer contribuições para o debate sobre a permanência dos estudantes cotistas no ensino superior, enfocando as condições que viabilizam ou dificultam essa permanência e refletindo sobre o papel da Política Nacional de Assistência Estudantil (PNAES) nesse processo.

O objetivo geral da presente pesquisa foi identificar, através de uma revisão de teses e dissertações, qual o impacto da política de permanência estudantil para os estudantes cotistas.

Como objetivos específicos, buscamos apresentar um histórico das políticas afirmativas e de assistência estudantil no Brasil e identificar, nas publicações estudadas, os impactos das políticas de assistência estudantil para a permanência dos estudantes cotistas.

O problema da pesquisa é identificar os impactos da política de assistência estudantil na permanência de estudantes cotistas nas universidades brasileiras e justificamos o presente estudo, uma vez que a permanência estudantil é elemento essencial para a concretização da democratização da educação superior.

Nas últimas décadas, o Brasil tem passado por transformações significativas no acesso ao ensino superior público, sobretudo a partir da implementação da Política Nacional de Cotas (Lei 14723, de 2023) e da consolidação da Política Nacional de Assistência Estudantil (Lei 14914 de 2024). Essas políticas têm buscado reparar desigualdades históricas e promover a democratização do ensino

RECIMA21 - REVISTA CIENTÍFICA MULTIDISCIPLINAR
ISSN 2675-6218

superior, permitindo o ingresso de estudantes pertencentes a grupos que historicamente sempre encontraram barreiras para acessar a universidade pública (como negros, indígenas, pessoas com deficiência, egressos de escolas públicas e estudantes de famílias de baixa renda). Vale indicar, aqui, que apesar destas políticas terem sido institucionalizadas e implementadas nas universidades públicas, no território brasileiro, o ingresso no ensino superior por meio de ações afirmativas não garante, por si só, a permanência desses estudantes nessas instituições durante sua graduação.

BREVE RETROSPECTIVA DO ACESSO AO ENSINO SUPERIOR: DO BRASIL IMPÉRIO AO FIM DA DITADURA

Falar do cenário da educação superior no Brasil implica que relembremos que a relação do Brasil com a educação formal, nos moldes hegemonizados pela sociedade ocidentalizada e europeia, teve início já no século XVI, logo após a chegada dos portugueses ao território brasileiro. Naquele período, os jesuítas foram convocados para desempenhar a tarefa de catequização das populações originárias e também para contribuir com a formação das elites coloniais portuguesas que se estabeleceram no Brasil. Assim, o acesso à educação formal era restrito às pessoas brancas, principalmente aos colonizadores europeus residentes no país, que eram considerados cidadãos, recebendo a proteção de seus direitos. Em contrapartida, à população escravizada e povos originários e aos seus descendentes não era permitido o acesso à escola, sendo que o único conteúdo educacional permitido e aceitável era aquele de cunho religioso, transmitido pelos jesuítas.

Com a independência do Brasil, em setembro de 1822, iniciou-se um processo de criação de rede de escolas, expandindo-se para o território brasileiro, e teve como objetivo ampliar o acesso à educação para toda a população. Apesar de terem sido implantadas escolas em todas as chamadas vilas do país, as desigualdades sociais e culturais permaneceram devido à carência de estrutura física e da falta de profissionais capacitados para atuar em regiões mais afastadas dos centros urbanos (Correia; Oliveira; Matos, 2024). Durante a Primeira República (1889-1930), essa realidade de muita disparidade regional e de falta de recursos para a consolidação de uma rede educacional estruturada e razoável, acabou por persistir, fazendo com que o acesso à educação de qualidade continuasse sendo restrito às camadas mais elitizadas da sociedade.

Assim, os cenários de desigualdade social, econômica e educacional continuaram, uma vez que as universidades eram criadas nas capitais com a finalidade de atender aos filhos das elites dirigentes, enquanto nas regiões interioranas, especialmente nas regiões Norte e Nordeste, não havia investimentos suficientes, mesmo para uma educação básica (Correia; Oliveira; Matos, 2024). Dessa forma, pode-se dizer que o Brasil passou por algumas décadas até meados do século XX, em que se destacou uma forte disparidade e elitização da educação, em especial, na educação superior.

A partir do século XX, no fortalecimento do país como entidade nacional voltada também às áreas de ciência, educação e formação, observou-se que alguns avanços no processo de

RECIMA21 - REVISTA CIENTÍFICA MULTIDISCIPLINAR
ISSN 2675-6218

desenvolvimento do sistema da educação formal aconteceram e contribuíram para diminuir as barreiras ao acesso ao ensino superior.

Na década de 1930, no governo “provisório”, com a intenção de acabar com a chamada República Velha, o então presidente Getúlio Vargas cria o Ministério da Educação e da Saúde Pública (atualmente denominado Ministério da Educação – MEC), publicando o decreto em 14 de novembro de 1930. Nessa ocasião, o primeiro-ministro da educação, Francisco Campos, teve como eixo de sua administração a valorização do sistema universitário. Seu sucessor, Gustavo Capanema, deu continuidade às reformas no ensino secundário e universitário, o que levou à criação da chamada Universidade do Brasil que, posteriormente, passou a ser denominada de Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Nesse processo de desenvolvimento do sistema educacional observa-se um movimento de centralização e organização das políticas educacionais em todo o país. Em 1934, foi elaborada a primeira versão do Plano Nacional de Educação, previsto na Constituição daquele ano, indicando uma preocupação inicial do Estado com o planejamento educacional em âmbito nacional.

Com o avanço das décadas, novas legislações foram sendo incorporadas. Em 1961, foi sancionada a primeira Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), que organizou os diferentes níveis de ensino no país. No ano seguinte, em 1962, foi aprovado o primeiro Plano Nacional de Educação, reforçando a ideia de planejamento a longo prazo.

No entanto, em 1968, durante o período da ditadura cívico-militar, foi implementada a Reforma Universitária, que reorganizou o ensino superior com base em modelos empresariais, introduzindo o sistema de créditos, a departamentalização e uma forte centralização administrativa. Poucos anos depois, em 1971, ainda sob o regime autoritário, uma nova LDB foi promulgada, substituindo a anterior e refletindo o caráter tecnicista da educação, inclusive no ensino superior. Nesse período, o acesso aos cursos de graduação no Brasil ainda era bastante restrito, privilegiando os estudantes pertencentes às elites do país, pois o processo de ingresso, caracterizados pelo vestibular, se consolidava como uma barreira, que era superada em sua maioria pelos estudantes que podiam ter acesso a um ensino médio voltado para a aprovação nos processos seletivos, ou seja, as escolas privadas que os preparavam para isso. Além disso, a política educacional da ditadura priorizava uma formação técnica voltada às demandas do mercado, com pouco espaço para a reflexão crítica e uma formação mais ampla no sentido de produção do conhecimento.

Um processo de reformulação dessa lógica empresarial e tecnicista da educação superior foi sendo proposta a partir da redemocratização do país, a partir de meados dos anos de 1980. A aprovação da Constituição Federal de 1988 representou um marco ao estabelecer novas diretrizes para a educação, como o princípio da gratuidade, a obrigatoriedade da gestão democrática e a garantia do direito à educação como dever do Estado. Em 1996, com a promulgação da nova LDB (Lei nº 9.394/96), esses princípios foram consolidados, reforçando a autonomia universitária e a participação da comunidade na gestão das instituições de ensino.

RECIMA21 - REVISTA CIENTÍFICA MULTIDISCIPLINAR
ISSN 2675-6218

A PARTIR DOS ANOS 2000: REUNI, PROUNI, RESERVA DE VAGAS

No início do século XXI já começaram a aparecer, pelo país, políticas de ampliação do acesso ao ensino superior. Em 2003, o governo federal lançou o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI) que teve como objetivo a interiorização das universidades e institutos federais, construindo novos *campi* de universidades já existentes, em cidades do interior dos estados e criando novas instituições. Esse foi o caso dos institutos federais de educação e de educação tecnológica. Em 2004, foi criado o Programa Universidade para Todos (PROUNI), destinado a oferecer bolsas de estudo em instituições privadas para estudantes egressos de escolas públicas no ensino médio.

No período entre 2002 e 2012 várias universidades, algumas estaduais e outras federais, implantaram políticas de reservas de vagas para estudantes egressos no ensino médio público e estudantes negros. Até que, em 2012, houve a aprovação da Lei de Cotas (Lei nº 12.711/2012, atualizada pela Lei 14.723/2023), que estabeleceu a reserva de vagas nas universidades e institutos federais para estudantes oriundos da rede pública, com critérios subcotas para estudantes negros, estudantes com deficiências e estudantes com renda per capita familiar de até um salário-mínimo, e estudantes de comunidades quilombolas.

Essa trajetória do desenvolvimento das políticas de educação mostra que o acesso ao ensino superior no Brasil foi sendo construído por processos de disputa no sentido de avançar para um ensino superior mais acessível a toda a diversidade da população brasileira. Cada marco legal ou programa implementado, ao longo das décadas, contribuiu para o avanço na democratização do ensino superior, ainda que possam persistir contradições e limites que ainda necessitam ser superados.

A POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL NO BRASIL

Antes de buscarmos esses elementos nas publicações, consideramos importante compreender como foi o processo de implantação de uma política de assistência estudantil para o ensino superior no Brasil. Até chegar à aprovação da primeira versão do Plano Nacional de Assistência Estudantil (PNAES), foram experimentadas várias formas de suporte aos estudantes.

Os debates em torno da assistência estudantil no ensino superior brasileiro ganharam relevância a partir do final da década de 1980, sobretudo em espaços como o Fórum Nacional de Pró-Reitores de Assuntos Comunitários e Estudantis (FONAPRACE) com o objetivo de encontrar mecanismos que viabilizassem a democratização do acesso e permanência de estudantes de baixa renda nas Instituições Federais de Ensino Superior (IFES). A aprovação da Constituição Federal de 1988 contribuiu para esse processo, ao estabelecer os direitos fundamentais e princípios democráticos, como a universalização do acesso à educação.

A década de 1990 foi marcada por cortes orçamentários na área da educação, que afetaram diretamente a assistência estudantil. Houve uma significativa redução no número de servidores das IFES, o que prejudicou as atividades de suporte aos estudantes. Nesse contexto, uma das propostas

RECIMA21 - REVISTA CIENTÍFICA MULTIDISCIPLINAR
ISSN 2675-6218

de assistência estudantil que o governo federal implantou foram as bolsas-trabalho. Essa medida, além de sobrecarregar os estudantes com um trabalho administrativo nas instituições sem relação com suas áreas de estudo, substituíam o trabalho de servidores públicos em um contexto de escassez de pessoal.

Uma nova fase da política de assistência estudantil começou a ser concretizada com o Programa de Apoio ao Plano de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI), instituído pelo Decreto nº 6.096/2007. Com ele, buscou-se a interiorização da educação superior pública, criando IFES em cidades onde até então não existiam. Nesse contexto, nasceu o Plano Nacional de Assistência Estudantil (PNAES), instituído inicialmente pela Portaria Normativa nº 39/2007 e posteriormente regulamentado pelo Decreto nº 7.234/2010.

Outro fato relacionado a esse processo de expansão do acesso nesse período, foi a criação da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, incluindo os Institutos Federais como executores do PNAES.

O PNAES representa um marco importante como instrumento de manutenção dos estudantes nas universidades e institutos federais, estruturando-se a partir da articulação entre ensino, pesquisa e extensão, com foco na permanência de estudantes de baixa renda. Suas ações contemplam principalmente atender às principais necessidades dos estudantes com objetivo de garantir a permanência e a integralização nos cursos de graduação.

A consolidação dessa política também ocorreu paralelamente ao fortalecimento da política de cotas, iniciada por algumas universidades em 2002 e expandida nacionalmente. Em 2010, mais de 30 das 83 IFES já adotavam ações afirmativas em seus processos seletivos (Heringer, 2022). As duas políticas – cotas e assistência estudantil – passaram a se complementar, contribuindo para a democratização do ensino superior ao atuar tanto no ingresso quanto na permanência de estudantes historicamente excluídos.

Em 2014, o novo PNE (Lei nº 13.005/2014), com vigência até 2024, reforçou a importância da assistência estudantil, determinando a ampliação de políticas de inclusão e assistência voltadas para estudantes da rede pública, afrodescendentes, indígenas, pessoas com deficiência, entre outros, com o objetivo de reduzir desigualdades e promover o sucesso acadêmico.

Em 2024, o PNAES foi atualizado pela Lei Federal nº 14.914, de 3 de julho, incorporando novas diretrizes. Essa atualização definiu que as ações de assistência estudantil devem se materializar por meio de benefícios diretos aos estudantes e reforçou o compromisso com a inclusão, ao prever o atendimento a diversos grupos vulneráveis, incluindo estudantes com deficiência, indígenas, quilombolas, refugiados e oriundos de abrigos. O Art. 6º da nova lei delimita o público-alvo do programa, priorizando estudantes regularmente matriculados em cursos presenciais de graduação nas IFES e nas instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, desde que atendam a critérios como ser egresso da rede pública, bolsista integral na rede privada, cotista, integrante de família com renda *per capita* de até um salário-mínimo, entre outros.

RECIMA21 - REVISTA CIENTÍFICA MULTIDISCIPLINAR
ISSN 2675-6218

Até aqui, foram expostos elementos e dados que se relacionam a uma retrospectiva da construção das políticas de cotas e de assistência estudantil no Brasil e que têm, de algum modo, influenciado no processo de expansão e democratização do ensino público superior no Brasil. A partir disso, a seguir, apresentaremos informações, tomando por base a revisão bibliográfica realizada junto às teses e dissertações, que possam permitir compor um quadro mais atualizado a respeito dessa assistência e de suas relações favoráveis ou desfavoráveis com a permanência.

MÉTODO

Nas seções seguintes apresentamos a organização dos resultados de uma pesquisa bibliográfica que teve como objetivo analisar como a assistência estudantil tem contribuído para a permanência dos estudantes cotistas nas instituições públicas de ensino superior. Para isso, foram reunidas, em torno da temática da política de cotas e a assistência estudantil, as publicações, no período de 2000 a 2023, veiculadas em teses e dissertações, e que estão disponíveis no Portal CAPES. Após várias consultas à base de dados, empregando como palavras-chave as ligadas ao tema (reserva de vagas; política de cotas; acesso ao ensino superior, entre outras) foram identificados um total de 107 trabalhos. Em seguida, foi feita uma leitura crítica e seletiva para focalizar e delimitar os temas, resumos, palavras-chaves e assuntos dos trabalhos de tese e dissertação de mestrado, dirigidos, especificamente, à política de assistência estudantil dentro do contexto da educação superior. Como resultado dessa seleção, obteve-se um conjunto de 29 dissertações de mestrado e uma tese de doutorado. Além deste material, e por meio das palavras-chave vinculadas a reserva de vagas, estudantes cotistas, ótica de estudantes e democratização, em uma seleção prévia foram identificados 156 artigos que, após nova seleção de adequação e eliminação de repetições, chegou-se a 12 artigos publicados sobre o tema nos últimos dez anos, no período de 2014 a 2024.

De posse de todo esse material, realizou-se uma leitura aprofundada, norteada pelo objetivo do estudo, e que implicou na organização dos eixos temáticos predominantes nessa literatura, e que foram submetidos a uma análise temática e de conteúdo. Ao final do processo de análise, buscou-se trazer reflexões a respeito dos impactos dessa política de assistência estudantil que contribuíram (ou não) para a permanência dos estudantes cotistas. Além disso, procurou-se, também, identificar as limitações que têm sido enfrentadas para a concretização de uma universidade mais democrática no território brasileiro.

A POLÍTICA DE COTAS NO COTIDIANO DOS ESTUDANTES DO ENSINO SUPERIOR PÚBLICO

Com a finalidade de subsidiar uma melhor compreensão sobre como a proposta de Assistência Estudantil e a Lei de Cotas nas universidades estão contribuindo para que os estudantes egressos de escola pública tenham o direito de acessar a uma graduação, reunimos, a seguir, alguns aspectos considerados influentes nesse processo e na caracterização das dimensões desses estudantes.

RECIMA21 - REVISTA CIENTÍFICA MULTIDISCIPLINAR
ISSN 2675-6218

Como já mencionado anteriormente, o debate sobre a reserva de vagas para estudantes negros, indígenas, com deficiência e oriundos de escolas públicas começou a ganhar força em 2001. As primeiras experiências ocorreram no plano das políticas de ensino no âmbito dos governos estaduais, como é o caso da Universidade do Estado da Bahia (UNEB) e na Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ) que adotaram leis estaduais para instituir o sistema de cotas em suas instituições. Essas ações pioneiras contribuíram para alavancar uma discussão nacional em torno da democratização do acesso às universidades públicas brasileiras. Em 2012, foi sancionada a Lei Federal de Cotas, que determinou que todas as Instituições Federais de Ensino Superior (IFES) destinassem 50% de suas vagas a estudantes que cursaram integralmente o ensino médio em escolas públicas — parte dessas vagas sendo destinadas a estudantes negras/os. Essa lei previa uma implementação progressiva até o ano de 2016. Em 2023, a Lei nº 12.711 foi atualizada, ampliando a reserva de vagas para incluir estudantes quilombolas, conforme estabelecido pela nova Lei nº 14.723, de novembro de 2023.

Esse marco legal representou um avanço significativo no processo de democratização do ensino superior, pois garantiu, por meio de legislação, o acesso à universidade pública para estudantes pertencentes às camadas mais vulneráveis e excluídas da sociedade. Entretanto, o modelo tradicional de seleção baseado na ampla concorrência, tende a excluir os setores excluídos e vulneráveis, sobretudo em cursos historicamente mais disputados, visto que as condições objetivas de sobrevivência desses setores não são consideradas como fatores, já de início, excludentes em qualquer processo seletivo.

Contudo, o ingresso não é a única dimensão que compõe o processo de democratização do ensino superior. Em muitos cursos de graduação, a estrutura curricular e a ausência de suporte adequado constituem obstáculos à permanência e ao desempenho acadêmico de estudantes cotistas. Grande parte das IFES (Instituições Federais de Ensino Superior) ainda carece de estrutura suficiente para apoiar estudantes em situação socioeconômica fragilizada — que demandam suporte para alimentação, moradia e manutenção nas cidades onde estudam. Além disso, a existência de grades curriculares integrais dificulta a permanência de estudantes que precisam trabalhar para garantir seu sustento ou ajudar suas famílias.

Ao compreender que a política de cotas, isoladamente, não garante a democratização da universidade, o Plano Nacional de Assistência Estudantil (PNAES) implicou na destinação de recursos orçamentários específicos às universidades, o que contribuiu para o financiamento de ações voltadas à assistência estudantil. Esse investimento representou um avanço qualitativo na garantia do direito à permanência no ensino superior. O programa de auxílios financeiros contempla apoio à alimentação, moradia, creche e demais despesas relacionadas à manutenção do estudante na universidade. O objetivo dessa estratégia é que, com esse suporte, o estudante não precise trabalhar para cobrir custos básicos na sua graduação, o que lhe permitiria frequentar cursos com carga horária integral, além de participar de atividades como iniciação científica e extensão.

RECIMA21 - REVISTA CIENTÍFICA MULTIDISCIPLINAR
ISSN 2675-6218

Desde sua implementação, a Lei de Cotas contribuiu para mudanças no acesso ao ensino superior no Brasil, ampliando a inclusão de estudantes oriundos do ensino médio público — mostrando o aumento da presença de estudantes negros nas universidades públicas federais. Em 2022, o LEPES (Laboratório de Estudos e Pesquisas em Educação Superior), em parceria com pesquisadores de diversas universidades brasileiras, realizou uma pesquisa com o objetivo de avaliar os impactos dos dez anos de implementação da Lei de Cotas nas universidades federais. Esse estudo resultou na publicação "10 anos da Lei de Cotas: conquistas e perspectivas" (Heringer e Carreira, 2024), que oferece um panorama valioso sobre as transformações no perfil dos estudantes do ensino superior ao longo da última década.

Pode-se dizer que ao longo desses anos de implantação da política de cotas e reserva de vagas na universidade brasileira (Heringer; Carreira, 2024), algumas mudanças foram acontecendo na composição do perfil dos estudantes das universidades federais e que devem ser apreciadas com referência ao nosso contexto histórico e político (Andriola; Araujo, 2021; Eugenio; Algarra, 2018; Henrique; Lacerda, 2016; Ferreira *et al.,* 2020; Rosa; Gonçalves, 2015). Em 2010, antes da aprovação da Lei de Cotas, apenas 10% dos ingressantes nas universidades federais podiam desfrutar de algum tipo de reserva de vagas. Já em 2019, esse número saltou para quase 40%, revelando um avanço no acesso ao ensino superior para os estudantes negros e de baixa renda, oriundos de escolas públicas. Assim, o grupo mais beneficiado pela política de cotas foi o de estudantes com renda familiar *per capita* de até um salário-mínimo e meio, o que indicava um impacto concreto fruto do processo de democratização do ensino superior.

Os dados no ensino superior, na atualidade, ainda mostram uma sobre representação de estudantes brancos entre os estudantes que concluíram seus cursos no ensino superior. O crescimento entre os formados foi mais expressivo entre os pardos (50%), seguido por brancos (35%) e pretos (12,5%). Esses dados nos fazem, também, levantar questões relativas ao que se passa com os estudantes que ingressam pelo sistema de cotas que talvez possam contribuir, também, para uma compreensão a respeito dos fatores responsáveis por essa diferença de presença quando da conclusão dos cursos.

Outro ponto que merece ser destacado refere-se à própria concorrência existente dentro das vagas reservadas. Assim, tem se observado que a reserva de vagas, destinada a estudantes com renda familiar superior a 1,5 salário-mínimo, apresenta uma menor concorrência, em comparação com a reserva de vagas para estudantes com renda per capita de até 1,5 mínimo.

Apesar da ampliação do acesso ao ensino superior, as desigualdades raciais e socioeconômicas ainda continuam influenciando fortemente nas trajetórias educacionais dos estudantes.

RECIMA21 - REVISTA CIENTÍFICA MULTIDISCIPLINAR
ISSN 2675-6218

PERFIL SOCIAL E ECONÔMICO DOS ESTUDANTES COTISTAS E POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA

Algumas das dissertações que se debruçaram a compreender aspectos do perfil social e econômico dos estudantes cotistas, adotam a metodologia de pesquisa quantitativa (Lopes, 2017; Silva, 2017; Silva, 2016; Pieroni, 2016), empregando uma coleta de dados por meio de relatórios institucionais e/ou questionários aplicados a um grande número de estudantes cotistas e não cotistas.

Esses relatórios, que em alguns casos correspondem aos questionários socioeconômicos preenchidos pelos estudantes no momento da matrícula, revelam um dado significativo: a maior parte desses estudantes é a primeira pessoa da família nuclear a ingressar em uma graduação em universidade pública. A principal diferença identificada diz respeito ao nível de escolaridade formal na família (Sousa, 2020; Lopes, 2017): enquanto há maior número de pais com ensino superior completo entre os estudantes não cotistas, é comum que os estudantes cotistas sejam os primeiros de suas famílias a acessar a universidade.

No que diz respeito à relevância e ao papel das Ações Afirmativas como catalisadoras de mudanças no ensino superior público, a pesquisa de Toledo (2022) destaca que a política de cotas provocou transformações significativas no perfil dos estudantes que passaram a ingressar nas universidades e institutos federais. Ao comparar os dados referentes à entrada de estudantes negros, Toledo (2022) comprova um aumento expressivo após a aprovação da Lei de Cotas. Essa constatação reforça a importância da reserva de vagas como estratégia para reduzir desigualdades no ensino superior, promover maior justiça social e contribuir para a reparação histórica.

Outro dado investigado de forma comparativa entre estudantes cotistas e não cotistas foi o Coeficiente de Rendimento (Lopes, 2017; Silva, 2017; Lopes, 2017b; Cavalcanti, 2015; Gutterres, 2015). As pesquisas apontam que, em geral, o desempenho acadêmico dos cotistas é levemente inferior ao dos estudantes da ampla concorrência no início dos cursos, porém, essa diferença tende a diminuir ou desaparecer ao longo do percurso acadêmico (Valle *et al.,* 2024; Vieira *et al.,* 2019).

A pesquisa de Souza Junior (2018) indica que, nos cursos das áreas de Exatas e Tecnológicas (como as Engenharias), os cotistas apresentam desempenho acadêmico mais baixo. Em contraste, nos cursos das áreas de Humanas e Ciências da Saúde, observa-se melhor rendimento entre os estudantes cotistas.

Os estudos destacam a importância da assistência estudantil para a permanência dos cotistas na universidade (Sousa, 2020; Kostrycki, 2020). Quando há suporte financeiro e social eficaz — geralmente fornecido por setores institucionais como pró-reitorias e equipes multidisciplinares, verifica-se que as taxas de abandono/evasão entre cotistas podem ser menores do que entre estudantes da ampla concorrência. Essa constatação da importância do suporte financeiro e social-pedagógico para a permanência é um elemento central que encontramos na leitura das publicações que acessamos, colocando em evidência a necessidade de se manter um eixo composto entre cotas e assistência estudantil.

RECIMA21 - REVISTA CIENTÍFICA MULTIDISCIPLINAR
ISSN 2675-6218

Em relação aos impactos sociais do acesso à universidade, as pesquisas (Oliveira, 2017; Ferreira, 2015) revelam que, após a graduação, há uma mudança significativa nas perspectivas de vida dos egressos. Eles passam a acessar melhores condições de empregabilidade e níveis salariais mais elevados — um dado que reforça um dos objetivos centrais da política de cotas no ensino superior: combater a desigualdade social.

Quanto ao acesso às atividades de iniciação científica e extensão, os dados apontam para uma desigualdade entre estudantes cotistas sociais e não cotistas. De maneira geral, os cotistas participam menos dessas atividades acadêmicas, mas, por outro lado, são os que mais buscam estágios remunerados não obrigatórios, além dos auxílios financeiros oferecidos pelas políticas de permanência estudantil.

As pesquisas ressaltam, inicialmente, a importância fundamental das políticas de permanência para o desempenho acadêmico, já que o perfil socioeconômico dos cotistas, em sua maioria, corresponde ao de jovens com renda familiar limitada, o que compromete sua permanência no ensino superior. Muitos desses estudantes utilizam os auxílios financeiros como complemento da renda familiar.

Um dos achados recorrentes nesses trabalhos é a constatação de que, com o fim do acesso à política de assistência estudantil, sobretudo no que se refere aos recursos financeiros, há um aumento das taxas de evasão. Estudantes que, por algum motivo, deixam de receber o auxílio de permanência tendem a abandonar o curso, geralmente para assumir trabalho remunerado com o intuito de contribuir com a renda familiar. Por outro lado, quando a política de manutenção financeira é bem executada, o desempenho acadêmico entre cotistas e não cotistas tende a se igualar (Andriola; Araujo, 2021; Bielschowsky *et al.,* 2023; Mendes Junior, 2014).

Contudo, há pesquisas que indicam que estudantes cotistas raciais apresentam taxas de evasão mais elevadas do que outras categorias de cotistas, sejam cotistas sociais ou não cotistas. A hipótese é que o racismo presente nas relações acadêmicas afeta diretamente essa situação. As cotas raciais ainda são motivo de controvérsia entre docentes e discentes, ao passo que as cotas sociais encontram aceitação quase unânime.

A universidade pública brasileira ainda carece de uma política consolidada que assegure justiça social entre os diversos grupos de estudantes. Os recursos destinados à permanência estudantil mostram-se insuficientes. Diversos estudos (Santos, 2013; Medeiros, 2020; Oliveira, 2018; Gomes, 2020; Santos, 2018; Silva, 2019; Andrade, 2019; Carvalho; Garcia, 2019; Biembengut *et al.,* 202; Valle *et al.,* 2024; Sousa; Nascimento, 2019) apontam a necessidade de ampliar, fortalecer e aprimorar a Política Nacional de Assistência Estudantil. O fortalecimento da assistência estudantil é uma ferramenta estratégica para enfrentar as desigualdades verificadas entre cursos de maior e menor concorrência. A utilização eficaz dos recursos financeiros de permanência tem impacto direto na conclusão dos cursos pelos estudantes cotistas.

RECIMA21 - REVISTA CIENTÍFICA MULTIDISCIPLINAR
ISSN 2675-6218

Na pesquisa de Cavalcante (2014), o autor elabora uma análise relevante sobre estratégias de permanência que vão além da assistência estudantil. Ele identifica que os estudantes cotistas desenvolvem formas simbólicas de permanência, que denomina de asserção (reconhecimento de sua condição de cotista), desempenho acadêmico (maior engajamento em atividades acadêmicas) e polarização (preferência por convívio com semelhantes). Entre outras estratégias relatadas pelos estudantes cotistas na pesquisa estão a participação em projetos de iniciação científica, o acesso a bolsas de permanência, o envolvimento em movimentos estudantis, coletivos sociais e o apoio de veteranos. O autor também aponta que algumas condições dificultam a permanência, como a discriminação e o racismo por parte de colegas e professores, especialmente contra estudantes pretos, pardos e indígenas.

Outros fatores identificados que comprometem a permanência são as dificuldades financeiras e a carência de apoio na adaptação ao novo contexto social. Esses desafios evidenciam a urgência de uma Política de Permanência Estudantil mais estruturada, robusta em termos financeiros e com suporte psicopedagógico e psicológico adequado aos estudantes cotistas.

CONSIDERAÇÕES

O ingresso no ensino superior tem impactado significativamente as trajetórias de vida dos estudantes cotistas. Para além da formação profissional, a vivência universitária possibilita o contato com novos valores culturais, sociais e acadêmicos, favorecendo o desenvolvimento de uma consciência social crítica.

Até pouco mais de uma década atrás, antes da implementação da política de cotas em 2010, a universidade pública brasileira era predominantemente ocupada por representantes da elite econômica, o que contribuía para a perpetuação das desigualdades sociais no campo do conhecimento. Observa-se, por exemplo, que muitos pais de estudantes cotistas não possuem formação superior, evidenciando o papel fundamental da política de cotas na ampliação do acesso ao Ensino Superior Público por parte dessas famílias.

A Política de Permanência Estudantil configura-se como um instrumento essencial para viabilizar a conclusão dos cursos de graduação por parte dos estudantes cotistas. No entanto, em diversas situações, a forma como são organizadas as ações de assistência estudantil recorre a critérios meritocráticos. Para acessar os auxílios financeiros, costuma-se exigir um rendimento acadêmico mínimo, o que, em muitos casos, ignora as dificuldades enfrentadas por estudantes em condições de vulnerabilidade social. Essa exigência desconsidera as múltiplas vulnerabilidades enfrentadas por estudantes e pode comprometer a permanência dos mais afetados por desigualdades sociais. Além disso, se coloca em oposição ao propósito original da política de cotas, centrada na promoção da justiça social, e precisa ser superada para assegurar um processo de permanência mais sólido nas Instituições Federais de Ensino Superior.

RECIMA21 - REVISTA CIENTÍFICA MULTIDISCIPLINAR
ISSN 2675-6218

Os auxílios financeiros não garantem a permanência de forma plena, pois, embora sejam fundamentais para enfrentar os efeitos da vulnerabilidade socioeconômica, não abarcam todas as dimensões que influenciam a trajetória dos estudantes cotistas no ensino superior. Além disso, os valores e quantidades de bolsas disponíveis são insuficientes frente ao conjunto de estudantes que se qualifica para receber tais auxílios.

Além das questões relacionadas ao suporte financeiro, um aspecto importante para auxiliar os estudantes a enfrentarem os desafios e contradições que a vivência na graduação apresenta, são as ações de suporte realizadas pelas equipes multidisciplinares nas universidades. Ações como atendimentos de Psicologia, Pedagogia, Serviço Social, atividades de orientação aos estudos, atividades de enfrentamentos de discriminações, orientações para docentes construírem instrumentos de mediação para estudantes com deficiência, são alguns exemplos dessas ações. Nesse aspecto, alguns estudos problematizam que essas equipes ainda são insuficientes nas instituições, em termos numéricos, sendo necessário um aumento no quadro de servidores.

Participar de atividades de pesquisa e extensão são também fatores de proteção contra a evasão. Apesar de não serem atividades relativas à política de assistência estudantil, são estratégias importantes de inclusão e manutenção dos estudantes na dinâmica acadêmica. Mas as publicações que tivemos acesso e que abordam esse aspecto, nos mostram que, de forma geral, é muito difícil para os estudantes cotistas concorrerem com os demais estudantes, pois os critérios de seleção são descolados da realidade dessa parcela de estudantes que não teve acesso, por exemplo, ao estudo de idiomas, intercâmbios, e outras atividades que contam no currículo para os processos seletivos. Essa problemática deveria ser ponto de preocupação e abordagem da política de assistência, no sentido de questionar essa lógica meritocrática no âmbito da iniciação científica e da extensão.

Por fim, é importante ressaltar que a assistência estudantil no Brasil se constitui como uma política pública essencial, visando garantir um suporte necessário para a permanência estudantil, em especial para estudantes oriundos de estratos socioeconômicos desfavorecidos e vulneráveis. Apesar de ainda haver limitações e aspectos a desenvolver, podemos afirmar que o PNAES é um avanço, um instrumento que contribui para justiça social e uma peça fundamental para a consolidação de um ensino superior mais democrático, inclusivo e transformador.

REFERÊNCIAS

ANDRADE, Douglas Alcir de. **O estudante egresso da escola pública e os elementos que possibilitam a permanência na UFMT, Campus de Cuiabá**. 2019. 157f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal de Mato Grosso, Cuiabá, 2019.

ANDRIOLA, Wagner Bandeira; ARAUJO, Adriana Castro. Adaptação de alunos ao ambiente universitário: estudo de caso em cursos de graduação da Universidade Federal do Ceará. **Ensaio: Avaliação e Políticas Públicas em Educação**, Rio de Janeiro, v. 29, n. 110, p. 135-159, jan. 2021. Disponível em: http://educa.fcc.org.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-40362021000100135&lng=pt&nrm=iso. Acesso em: 4 maio 2025.

RECIMA21 - REVISTA CIENTÍFICA MULTIDISCIPLINAR
ISSN 2675-6218

BIELSCHOWSKY, Carlos Eduardo et al. Reserva de vagas nas universidades federais e desempenho estudantil: os impactos da lei 12.711/2012. **Revista Brasileira de Política e administração da Educação**, Goiânia, v. 39, n. 1, e128527, 2023. Disponível em: http://educa.fcc.org.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S2447419320230001001 49&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 4 maio 2025.

BIEMBENGUT, Thais Mariane et al. Análise do desempenho acadêmico de cotistas e não cotistas na UTFPR - Curitiba. **Cadernos de Pesquisa**, v. 25, n. 1, p. 35–48, 18 jan. 2021. Disponível em: https://periodicoseletronicos.ufma.br/index.php/cadernosdepesquisa/article/view/8756. Acesso em: 4 maio 2025.

BRASIL. **Decreto nº 6.096, de 24 de abril de 2007**. Institui o Plano de Desenvolvimento da Educação – PDE. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, 25 abr. 2007.

BRASIL. **Decreto nº 7.234, de 19 de julho de 2010**. Dispõe sobre o Programa Nacional de Assistência Estudantil – PNAES. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, 20 jul. 2010.

BRASIL. **Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014**. Aprova o Plano Nacional de Educação – PNE e dá outras providências. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, 26 jun. 2014.

BRASIL. **Lei nº 14.723, de 13 de novembro de 2023**. Altera a Lei nº 12.711, de 29 de agosto de 2012, que dispõe sobre o ingresso nas universidades federais e nas instituições federais de ensino técnico de nível médio. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, 14 nov. 2023.

BRASIL. **Lei nº 14.914, de 3 de julho de 2024**. Institui a Política Nacional de Assistência Estudantil – PNAES. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, 4 jul. 2024.

CARVALHO, Rejane Maria Andrade; GARCIA, Fernando Coutinho. Percepção sobre o desempenho de alunos cotista e não cotista: um estudo de caso dos alunos de Direito e Medicina da Universidade Federal de Viçosa. **Revista FACEF Pesquisa: Desenvolvimento e Gestão**, v. 22, n. 1, jan./abr. 2019. Disponível em: http://periodicos.unifacef.com.br/facefpesquisa/article/viewFile/1608/1305. Acesso em: 4 maio 2025.

CAVALCANTI, Ivanessa Thaiane do Nascimento. **Análise dos diferenciais de desempenho dos estudantes cotistas e não cotistas da UFBA pelo Propensity Score Matching**. 2015. 164f. Dissertação (Mestrado em Economia) – Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2015.

CORREIA, Jorge Luiz Pereira; OLIVEIRA, Claudia Regina Sousa de; MATOS, Vânia Maria Pereira. A evolução da educação brasileira: uma revisão histórica. **Revista FT – Ciências Sociais Aplicadas**, v. 28, n. 138, set. 2024. ISSN 1678-0817.

EUGENIO, Benedito Gonçalves; ALGARRA, Julia. Estudantes cotistas negros e Ações Afirmativas no Ensino Superior. **Rev. Exitus**, Santarém, v. 8, n. 2, p. 59-84, maio 2018. Disponível em http://educa.fcc.org.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S2237946020180002000 59&lng=pt&nrm=iso. acessos em 04 maio 2025.

FERREIRA, André et al. Ações afirmativas: análise comparativa de desempenho entre estudantes cotistas e não cotistas em uma Universidade Pública. **Revista Brasileira de Política e Administração da Educação**, v. 36, n. 3, p. 1297–1314, 2020. Disponível em: https://doi.org/10.21573/vol36n32020.101627. Acesso em: 4 maio 2025.

GOMES, Francy Laura Correia. **A permanência dos alunos cotistas nos cursos de Engenharia da Universidade Federal Rural de Pernambuco: um estudo de caso na Unidade Acadêmica do Cabo de Santo Agostinho – PE**. 2020. Dissertação (Mestrado Profissional em Gestão Pública para o Desenvolvimento do Nordeste) – Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2020.

RECIMA21 - REVISTA CIENTÍFICA MULTIDISCIPLINAR
ISSN 2675-6218

GUTTERRES, Rafael dos Santos. **Alunos que ingressaram no ensino superior por ações afirmativas apresentam melhor desempenho?** Uma análise empregando a Decomposição de Oaxaca para o Enade 2012. 2015. 83f. Dissertação (Mestrado em Economia) – Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2015.

HENRIQUE, Ana Paula Guedes; LACERDA, Wânia Maria Guimarães. Perfis dos universitários beneficiados pela política de ação afirmativa na UFV. **Educação em Perspectiva**, Viçosa, MG, v. 7, n. 2, 2016. DOI: 10.22294/eduper/ppge/ufv.v7i2.798. Disponível em: https://periodicos.ufv.br/educacaoemperspectiva/article/view/6899. Acesso em: 4 maio. 2025.

HERINGER, Rosana; CARREIRA, Denise (org.). **10 anos da lei de cotas**: conquistas e perspectivas. Rio de Janeiro: Faculdade de Educação UFRJ; Ação Educativa, 2022.

IMPERATORI, Thaís Kristosch. A trajetória da assistência estudantil na educação superior brasileira. **Serviço Social & Sociedade**, São Paulo, n. 129, p. 285–303, maio/ago. 2017. DOI: http://dx.doi.org/10.1590/0101-6628.109.

KOSTRYCKI, Xana Machado. **Para além do acesso**: a política de cotas e o abandono escolar no Instituto Federal do Paraná, Campus Paranaguá. 2020. 103f. Dissertação (Mestrado Profissional em Educação Profissional e Tecnológica) – Instituto Federal do Paraná, Vitória, 2020.

LOPES, Cinara Gavioli. **Análise do desempenho acadêmico de alunos cotistas e não cotistas do curso de Fisioterapia da Universidade Federal do Espírito Santo – UFES**. 2017. 92f. Dissertação (Mestrado Profissional em Gestão Social, Educação e Desenvolvimento Regional) – Faculdade Vale do Cricaré, São Mateus, 2017.

MEDEIROS, Bianca Casseb. **A permanência na universidade de estudantes oriundos das ações afirmativas: uma revisão de escopo**. 2020. 94f. Dissertação (Mestrado em Terapia Ocupacional) – Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2020.

MENDES JUNIOR, Alvaro Alberto Ferreira. Uma análise da progressão dos alunos cotistas sob a primeira ação afirmativa brasileira no ensino superior: o caso da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. **Ensaio: Avaliação e Políticas Públicas em Educação**, [S. l.], v. 22, n. 82, p. 31-56, jan. 2014. ISSN 1809-4465. Disponível em: https://revistas.cesgranrio.org.br/index.php/ensaio/article/view/301. Acesso em: 05 may 2025.

OLIVEIRA, Elis Rejane Silva. **A reprodução das desigualdades sociais nas políticas de acesso e permanência dos alunos cotistas da UFPI**. 2018. 110f. Dissertação (Mestrado Profissional em Gestão Pública) – Universidade Federal do Piauí, Teresina, 2018.

PIERONI, Aline Rosa. **Um estudo sobre o desempenho de alunos cotistas e não cotistas no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo – Campus Salto**. 2016. Dissertação (Mestrado Profissional em Administração Pública em Rede Nacional) – Universidade Federal de Alfenas, Brasília, 2016.

ROSA, Chaiane de Medeiros, GONÇALVES, Ana Maria. A política de cotas na UFG: desvelando o perfil dos estudantes cotistas: Dossiê: As instituições de ensino superior regionais. **Revista NUPEM, PPGSeD da UNIOESTE**. Campo Mourão-Pr, v. 7, n. 12, 2015. Disponível em: https://periodicos.unespar.edu.br/nupem/about. Acesso em: 4 maio 2025.

SANTOS, Elenice Cheis dos. **Política de assistência estudantil para estudantes cotistas de baixa renda na Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS**. 2018. 152f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2018.

RECIMA21 - REVISTA CIENTÍFICA MULTIDISCIPLINAR
ISSN 2675-6218

SANTOS, Heliane Fernandes da Rocha. **Programas de ações afirmativas na UFRJ**: estudo avaliativo sobre permanência e bolsas assistenciais. 2013. 55f. Dissertação (Mestrado Profissional em Avaliação) – Fundação Cesgranrio, Rio de Janeiro, 2013.

SILVA, Adão Rogério Xavier; CARVALHO, Mark Clark Assen de. Demarcações históricas sobre a política de assistência estudantil no Brasil. **Revista Exitus**, Santarém, v. 10, p. 1–26, 2020.

SILVA, Bruna Caroline Moreira. **Desconstruindo mitos**: meritocracia e a lei de cotas. 2017. 151f. Dissertação (Mestrado em Administração) – Universidade Federal de Viçosa, Viçosa, 2017.

SILVA, Felipe Vendruscolo da. **Avaliação de efetividade da assistência pecuniária da política de assistência estudantil da Universidade Federal do Rio Grande do Sul entre 2013 e 2018**. 2019. 131f. Dissertação (Mestrado Profissional em Economia) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2019.

SOUSA, Eliezilda Oliveira de. **Políticas públicas para o ensino superior**: estudo sobre o acesso e a permanência de cotistas e não cotistas na Universidade Federal do Tocantins sob a perspectiva do Desenvolvimento Seniano. 2020. Dissertação (Mestrado em Demandas Populares e Dinâmicas Regionais) – Universidade Federal do Tocantins, Araguaína, 2020.

SOUSA, Fabiana Rodrigues de; NASCIMENTO, Ilca Freitas. Lei de cotas e promoção da justiça social: percepções de estudantes cotistas de um instituto federal. **Revista Espaço Pedagógico**, Passo Fundo, UPF, v. 26, n. 3, p. 758-776, 4 set. 2019. Disponível em: Link: http://seer.upf.br/index.php/rep/article/view/9301. Acesso em: 4 maio 2025.

SOUZA JUNIOR, Francisco José de. **Diferencial de desempenho entre alunos cotistas e não cotistas nos cursos do Centro de Tecnologia da UFC**. 2018. 69f. Dissertação (Mestrado Profissional em Economia) – Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2018.

TOLEDO, Geison Gomes. **Mudanças no ingresso e na formação de estudantes negros e pardos no ensino superior do Estado do Ceará após a implantação da Lei 12.711 de 29/08/2012 e seus possíveis efeitos no mercado de trabalho**. 2022. 68f. Dissertação (Mestrado em Economia do Setor Público) – Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2022.

VALLE, Adriana Polachini do et al. Desempenho acadêmico de alunos de Medicina beneficiados pelas ações afirmativas**. Revista Brasileira de Educação Médica**, Rio de Janeiro, v. 48, n. 2, 2024. Disponível em: http://educa.fcc.org.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1981-52712024000200211&lng=pt&nrm=iso. Acesso em: 4 maio 2025.

VIEIRA, Kênia Eliber et al. Desempenho acadêmico de alunos cotistas antes da Lei de Cotas: revisão. **Revista da Universidade Vale do Rio Verde**, v. 17, n. 1, p. 1-10, 2019. Disponível em: https://doi.org/10.5892/ruvrd.v17i1.5158. Acesso em: 4 maio 2025.